

**Contratação para ministrar o curso "O Novo Código de Processo Civil - Aspectos Gerais" para juizes e servidores do Tribunal de Justica da Bahia.**

**Ministrante:**

#### **1 DA JUSTIFICATIVA**

1.1. O novo Código de Processo Civil (CPC), instituído pela Lei n. 13.105 de 16 de março de 2015, entrou em vigor em 18 de março de 2016 e trouxe profundas modificações nos procedimentos do processo civil pelo fato de ter uma jurisdição mais célere e eficaz.

1.2. Para tanto, recorreu-se a preceitos como, estabelecer, expressa e implicitamente, sintonia fina com a Constituição Federal; simplificar procedimentos, solucionando problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como o recursal; obter o máximo rendimento possível em cada processo; e imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe coesão.

1.3. Especificamente quanto ao sistema recursal do novo código, segundo especialistas, houve notável simplificação. Isso, entretanto, não significa diminuição de recursos, mas sim a imposição de maior rendimento a cada processo, considerado individualmente.

1.4. Diante do exposto, há de se ressaltar que as mudanças trazidas pelo novo Código de Processo Civil impactam diretamente o exercício da missão constitucional do Superior Tribunal de Justiça que consiste, basicamente, em uniformizar a interpretação da lei federal.

1.5. Diante das necessidades de capacitação com o advento da Lei 13.105/2015 propõe-se a execução do curso em questão voltado a atender os juizes e os servidores das áreas judiciárias, visando assegurar aos



participantes a aquisição e atualização de conhecimentos sobre o novo CPC, facilitando o trabalho com processos judiciais tanto nos gabinetes quanto nas demais unidades do Tribunal.

1.6. A proposta da realização dessa capacitação na modalidade a distância pode ser justificada pelo grande número de juízes e servidores que constituem o público-alvo dos cursos. A modalidade a distância garante a reprodução do conteúdo desenvolvido em inúmeras turmas, além dos benefícios dessa modalidade de ensino

1.7. A contratação da servidora pública federal Tatiana Aparecida Estanislau de Souza iustifica-se pelo reconhecimento de seu conhecimento na área. Ela é formada em Direito, com pós-graduação em Direito Processual e atualmente é mestranda em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub) na linha "Políticas Públicas, Processo e Controle Penal". Já atuou como tutora no Superior Tribunal de Justiça nos cursos Novo Código de Processo Civil – Aspectos Gerais, Novo Código de Processo Civil – Impactos no STJ, Direito Processual Civil, Regimento Interno do STJ – Cidadania em Movimento, e Direito Administrativo III – Poderes, atos e processos. Além disso, atuou como conteudista dos cursos Novo Código de Processo Civil – Aspectos Gerais, Novo Código de Processo Civil – Impactos no STJ e Direito Processual Civil. No STJ, está lotada na Ouvidoria, onde, atualmente, ocupa o cargo de Ouvidora Auxiliar.

1.8. Destaca-se, ainda, que a ministrante utiliza o método ativo para o desenvolvimento dos conteúdos, totalmente alinhado aos objetivos da formação. Dessa forma, ressaltamos que a ministrante apresenta qualificações e ampla experiência para garantir que a formação alcance os objetivos propostos.

1.9. De forma geral, ao final do curso, os juízes e servidores serão capazes conhecer as principais modificações e respectivas implicações introduzidas pelo Novo Código de Processo Civil nos processos em que atuam.

1.10. De forma específica, o participante será capaz de:

- Identificar as novidades e alterações introduzidas pela Lei 13.105/2015 nos processos judiciais;



- Analisar as novas formas de uniformização e estabilização da jurisprudência.
- Revisar os procedimentos acerca dos casos repetitivos da competência do Superior Tribunal de Justiça, à luz do Novo Código de Processo Civil;
- Comparar as principais alterações introduzidas no sistema recursal com o sistema atualmente em vigor;
- Aplicar os conhecimentos adquiridos em benefício do trabalho no Tribunal de Justiça da Bahia.

## 2. DO OBJETO

2.1. Contratação para ministrar o curso “O Novo Código de Processo Civil - Aspectos Gerais”, para magistrados e servidores, de acordo com as especificações contidas neste Termo.

## 3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O serviço a ser prestado obedecerá ao que está a seguir estabelecido:

3.1. **Serviço:** Ministrar o curso “O Novo Código de Processo Civil - Aspectos Gerais” para juízes e servidores do Tribunal de Justiça da Bahia, na modalidade de Educação a Distância (EaD);

3.2. **Carga horária:** O curso terá a carga horária de 30 horas. O aluno precisará dedicar, em média, uma hora por dia para estudos e realização das atividades propostas.

3.3. **Participantes:** turmas de até 30 (trinta) participantes.

3.4. **Local:** o curso será ministrado na modalidade de Educação a Distância (EaD).

3.5. **Período:** 15 de maio a 18 de junho.

3.6. **Temática:** O novo Código de Processo Civil.



#### 4. DA METODOLOGIA

4.1. O curso será ministrado na modalidade de Educação a Distância (EaD). Essa modalidade de educação propicia ao aluno o acesso ao curso de qualquer lugar conectado à Internet, bem como a qualquer momento. Serão também disponibilizados fóruns de discussão, nos quais os alunos poderão tirar suas dúvidas com o tutor e compartilhar conhecimentos e experiências, bem como poderão debater assuntos específicos acerca do conteúdo.

4.2. Cada turma do curso, além de contar com os benefícios proporcionados pela metodologia de EaD, contará com a tutoria de servidores deste Tribunal.

4.3. O curso terá a carga horária de 30 horas. O aluno precisará dedicar, em média, uma hora por dia para estudos e realização das atividades propostas.

#### 5. DO ORÇAMENTO DOS CUSTOS

5.1. A proposta apresentada para uma turma de 30 horas aula:

Serviço	Carga horária Total	Valor Total R\$
Contratação de Pessoa Física para ministrar o curso "O Novo Código de Processo Civil - Aspectos Gerais"	30 h/a (quarenta horas-aula)	R\$ 6.234,30 ( 207,81 x 30h = 6.234,30) (seis mil, duzentos e trinta e quatro reais)

5.2. Os preços propostos serão aqueles discriminados pelo profissional em sua proposta, cotados em reais (R\$) e incluem todos os custos, diretos e indiretos, resultantes da incidência de quaisquer tributos e contribuições, inclusive parafiscais, e demais obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA




#### 6.1. A contratada deverá:

a) executar os serviços nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, sob pena de responsabilização pelo seu descumprimento;

b) responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução dos serviços;

c) a contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do objeto do contrato;

d) executar diretamente o objeto do contrato decorrente desta proposta, vedada a subcontratação, salvo nos casos em que se exigir comprovada especialização, desde que haja a prévia aprovação do Tribunal;

e) responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme artigo 70 da lei n. 8.666/93;

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

7.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista nesta proposta;

7.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa cumprir com o objeto deste Termo; e

7.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.


#### 8. RESUMO DO CURRÍCULO DA MINISTRANTE

Tatiana Aparecida Estanislau de Souza é formada em Direito, com pós-graduação em Direito Processual e atualmente é mestranda em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub) na linha "Políticas Públicas, Processo e Controle Penal". Já atuou como tutora no Superior

Tribunal de Justiça nos cursos Novo Código de Processo Civil – Aspectos Gerais. Novo Código de Processo Civil – Impactos no STJ. Direito Processual Civil, Regimento Interno do STJ – Cidadania em Movimento, e Direito Administrativo III – Poderes, atos e processos. Além disso, atuou como conteudista dos cursos Novo Código de Processo Civil – Aspectos Gerais, Novo Código de Processo Civil – Impactos no STJ e Direito Processual Civil. No STJ, está lotada na Ouvidoria, onde, atualmente, ocupa o cargo de Ouvidora Auxiliar.

**9. PRAZO DE VALIDADE DA PRESENTE PROPOSTA:** até 30 de março de 2019.

**10. DADOS BANCÁRIOS DA PESSOA FÍSICA:** Banco do Brasil (001), Agência 7155-2, Conta Corrente 24153-9.

  
Tatiana Aparecida Estanislau de Souza  
CPF: 052.760.386-43

